ISSN: 2358-8829

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Nielly Vieira dos Santos [1]
Rosimary Cunha Gomes de Vasconcelos [2]
Ana Aparecida Vieira dos Santos [3]
Margareth Maria de Melo [4]

1. INTRODUÇÃO

O ensino de História contribui para a formação crítica dos estudantes, possibilitando a compreensão dos processos históricos e de suas relações com a realidade social. De acordo com Schütz e Silva Júnior (2024, p. 76), "o ensino da história desempenha um papel crucial na formação dos estudantes, indo além da mera transmissão de informações históricas". Nessa perspectiva, o ensino deve contemplar diferentes sujeitos e experiências, reconhecendo a participação dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira. Essa valorização também é abordada pelo Parecer CNE/CEB nº 14/2015, que destaca a importância da inclusão da história e das culturas indígenas nos currículos escolares para a formação de cidadãos conscientes do caráter pluriétnico da sociedade brasileira (BRASIL, 2015, p. 8).

No âmbito da legislação educacional, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, enquanto a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo a história e a cultura dos povos indígenas. Essas conquistas, resultantes também das lutas dos movimentos sociais, representam avanços na valorização de grupos historicamente marginalizados. Conforme Bittencourt (2018):

> Como fruto das lutas de movimentos sociais foram introduzidas a História da África e das culturas afro-brasileiras e a História dos indígenas por intermédio das leis 10.639/03 e 11.645/08, que estão em processo de integração em currículos ainda submetidos à lógica eurocêntrica, mas que anunciam uma formação política e cultural para o exercício de uma cidadania

[1] Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, niellyvr7@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, rosimay.vasconcelos00@gmail.com;
[3] Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, anasantosvie@gmail.com;
[4] Professora orientadora: Doutora, Universidade Estadual - UEPB, margarethmariademelo@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

> social com vistas a um convívio sem preconceitos e democrático. (Bittencourt, 2018, p. 142).

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar como essas temáticas são apresentadas nos livros didáticos de História, considerando os textos, as atividades e as imagens que representam os diferentes grupos sociais. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como as relações étnico-raciais são abordadas nos livros didáticos de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Especificamente, busca analisar os livros do 4º e do 5º ano de História da coleção "A Conquista", de Alfredo Boulos Júnior, e identificar conteúdos e representações relacionados aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Para isso, desenvolve-se uma pesquisa documental e bibliográfica, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa.

Os resultados preliminares apontam limitações na representação da população africana e afro-brasileira, frequentemente associada à escravização no livro do 4º ano, e na abordagem das relações entre portugueses e indígenas, inicialmente apresentadas como amigáveis. Também foram identificadas representações visuais pouco diversas dos primeiros grupos humanos. No livro do 5º ano, destacam-se abordagens que valorizam a ancestralidade africana e as manifestações culturais afro-brasileiras. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, esses resultados ainda estão sendo aprofundados.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza documental e bibliográfica, de caráter descritivo e abordagem qualitativa e quantitativa. Para o desenvolvimento do estudo, foram selecionados aleatoriamente os livros didáticos de História do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental da coleção A Conquista, de Alfredo Boulos Júnior, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2023. A análise contempla os textos, as imagens e as atividades presentes nos livros, considerando as representações da população negra, africana e afro-brasileira e dos povos indígenas. Para isso, são observados os conteúdos abordados, as formas de representação desses grupos e os aspectos de suas trajetórias históricas e culturais que recebem maior ou menor destaque. A abordagem qualitativa permite interpretar essas representações, enquanto a quantitativa possibilita contabilizar elementos presentes nos materiais analisados. A discussão é fundamentada em estudos da área do ensino de História e em

ISSN: 2358-8829

documentos normativos relacionados à educação para as relações étnico-raciais, entre eles as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A valorização da diversidade étnico-racial no âmbito escolar envolve o reconhecimento das histórias, culturas e saberes dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros como parte da formação da sociedade brasileira. Nesse contexto, o ensino de História precisa contemplar diferentes sujeitos e experiências históricas, possibilitando aos discentes compreender a diversidade que constitui a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, Azevedo (2011) destaca:

> Parte-se do pressuposto de que a interface entre educação das relações étnico-raciais e ensino de História possibilita meios para conscientização da importância de grupos como os remanescentes de nações indígenas e os afro-brasileiros, por exemplo, na construção do Brasil, à medida que conteúdos e saberes próprios e relativos às suas especificidades terão lugar nas atividades escolares. (Azevedo, 2011, p. 288).

Nesse contexto, a maneira como o ensino de História aborda as relações étnico-raciais está diretamente ligada à presença desses temas nos livros didáticos de História. No Brasil, essa inclusão ganhou base legal em 2003, com a Lei nº 10.639, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Com essa alteração, tornou-se obrigatório ensinar História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio. Essa conquista foi resultado das reivindicações históricas do movimento negro, que lutou pelo reconhecimento da contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira e pela superação de sua posição secundária no ensino de História. Essa preocupação já estava presente nas reivindicações apresentadas pelo movimento negro na Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em 1995, cujo documento apontava:

> Refletindo os valores da sociedade, a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas. (Marcha Zumbi dos Palmares, 1996, p. 11).

Diante disso, a crítica apresentada no documento permite compreender que a transformação da educação exige não apenas a inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo, mas também a revisão das abordagens que orientam o

ISSN: 2358-8829

ensino de História. Nesse processo, o livro didático merece atenção, pois a seleção dos conteúdos, a construção das narrativas, as imagens utilizadas e as atividades propostas participam da forma como o conhecimento histórico é apresentado aos alunos. Assim, a implementação da Lei nº 10.639/2003 não deve ser compreendida apenas pela presença de conteúdos sobre a população negra nos livros didáticos, mas também pela maneira como sua história é abordada, considerando o reconhecimento de sua diversidade, de suas formas de resistência e de seu protagonismo na formação da sociedade brasileira.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004, estabelecem orientações que vão além da inclusão de conteúdos, destacando a necessidade de repensar as relações e as práticas pedagógicas (Brasil, 2004). O documento afirma que essa mudança "provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem" (Brasil, 2004, p. 17). Essa perspectiva reforça a importância de analisar não apenas a presença da temática étnico-racial nos livros didáticos de História, mas também a forma como a população negra é representada e seu protagonismo na formação da sociedade brasileira é reconhecido.

Nesse contexto, o reconhecimento da participação dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira também exige que suas histórias e culturas sejam contempladas no ensino de História, considerando a diversidade desses povos e suas diferentes experiências ao longo do tempo. Essa necessidade foi contemplada pela Lei nº 11.645/2008, que ampliou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira ao incluir também a história e a cultura dos povos indígenas no currículo oficial da educação básica. Desse modo, a legislação amplia o reconhecimento da importância desses povos na história do Brasil e reforça a necessidade de que seus conhecimentos, suas culturas e suas experiências históricas sejam efetivamente abordados no âmbito educacional.

Nesse sentido, a representação da população negra, africana e afro-brasileira nos livros didáticos de História precisa ser analisada para além da presença de conteúdos relacionados à escravização e às manifestações culturais. É necessário analisar quais experiências históricas são apresentadas, como esses sujeitos são representados e se suas contribuições para a construção da sociedade brasileira são valorizadas. Quando a

ISSN: 2358-8829

história dessa população é apresentada de forma limitada, o aluno pode ter uma compreensão restrita de sua trajetória, sem conhecer sua diversidade, suas formas de resistência e sua participação em diferentes momentos da história do Brasil.

Nessa perspectiva, é importante compreender que as representações da população negra nos materiais didáticos estão relacionadas a construções históricas que impactam a forma como esses temas são apresentados e compreendidos socialmente. Santos e Oliveira (2023) destacam:

> A forma de minimizar esses posicionamentos reacionários e conservadores acerca do racismo na sociedade brasileira, que estão presentes até mesmo em materiais didáticos construídos com finalidade pedagógica, é pensá-los como uma construção histórica. (Santos; Oliveira, 2023, p. 5).

Diante disso, compreende-se que os livros didáticos também podem reproduzir ideias e preconceitos presentes na sociedade. Por isso, é fundamental analisar não apenas quais conteúdos aparecem, mas também como a história da população negra é narrada e quais partes de sua trajetória recebem mais ênfase e quais não aparecem.

Além disso, compreender a história da população negra brasileira passa também pelo conhecimento das sociedades africanas anteriores à escravização. A diversidade de seus povos, suas culturas e formas de organização constitui parte importante dessa história, que não pode ser reduzida ao processo de escravização e à chegada forçada ao Brasil. Dessa forma, considerando o papel do livro didático como um dos principais materiais utilizados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras, o livro didático de História deve apresentar os conteúdos de forma aprofundada e contextualizada, evitando abordagens superficiais que dificultem a compreensão dos alunos. Assim, é fundamental que possibilite o conhecimento da história da população negra, africana e afro-brasileira em sua diversidade, valorizando suas contribuições e permitindo relacionar os processos históricos às questões que ainda marcam a sociedade atual.

Além disso, a presença dos povos indígenas nos livros didáticos de História é importante para que os alunos conheçam a diversidade étnica e cultural desses povos, suas trajetórias históricas e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. Também, é importante que os alunos compreendam que os povos indígenas possuem histórias, línguas, costumes e formas próprias de organização. Por isso, o ensino da história e da cultura indígena deve proporcionar um conhecimento aprofundado sobre esses povos, abordando suas trajetórias antes e depois da chegada dos europeus, para

ISSN: 2358-8829

que sua história não seja reduzida ao período colonial nem apresentada a partir de uma visão exclusivamente eurocêntrica. Para que esse conhecimento não se limite a uma abordagem superficial, Szlachta Junior e Bonete (2023) ressaltam:

> É inegável que a promulgação da lei 11.645/08 foi uma conquista enorme para o Ensino de História, sendo fruto de uma longa luta dos movimentos sociais que conquistaram o direto à voz e à representatividade, incluindo, por força da lei, nas narrativas "tradicionais", a História e a cultura indígena. Entretanto, apesar do avanço com a promulgação da lei, ainda estamos muito além de uma abordagem ideal em relação à presença da questão indígena nos livros didáticos de História. (Szlachta Junior; Bonete, 2023, p. 165).

Dessa forma, pode-se compreender que a promulgação da Lei nº 11.645/2008 não garante, efetivamente, que a temática dos povos indígenas nos livros didáticos de História contemple a complexidade histórica e cultural desses povos. Por isso, é necessário superar as formas de apresentação que limitam o conhecimento dos alunos sobre a diversidade indígena, seus diferentes modos de vida e suas trajetórias históricas, reconhecendo sua presença no território antes de 1500 e sua participação na formação do nosso país.

4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A representação da população negra, africana e afro-brasileira nos livros didáticos

No livro de História do 4º ano, a apresentação da população africana é inicialmente marcada pela associação à escravização. Numa atividade sobre o termo “africanos” é definido no manual do professor como “povos trazidos pelos portugueses para trabalharem como escravizados”. Embora essa definição esteja no manual do professor, e não diretamente no livro do aluno, ela é uma referência para a condução da atividade e para a resposta que o professor pode ajudar os alunos a construir. A definição é limitada, pois reduz esses sujeitos à condição de escravizados, sem considerar a diversidade de suas histórias, culturas, saberes e formas de organização social, política e econômica.

Como destaca Munanga (2015, p. 29), “a memória da escravidão no Brasil é ora esquecida ou negada, ora descrita negativamente como uma simples mercadoria ou uma força animal de trabalho sem habilidades cognitivas”. Nessa perspectiva, a resposta sugerida pelo manual do professor acaba reproduzindo uma visão restrita dos povos africanos, centrada no trabalho forçado e na posição de submissão que lhes foi imposta

ISSN: 2358-8829

pelo sistema colonial. Essa abordagem pode levar os alunos a associarem os povos africanos principalmente à escravização, minimizando seu papel ativo e constitutivo na formação da sociedade brasileira.

Além disso, quando se aborda sobre a viagem, são apresentadas as condições desumanas da travessia atlântica, marcada pela superlotação das embarcações, pela pouca oferta de comida e água e pelas mortes ocorridas durante o percurso. A ilustração do navio negreiro contribui para a compreensão dessas condições ao representar pessoas acorrentadas e em situação de vulnerabilidade. Embora o texto e a imagem apresentem aspectos importantes da violência do tráfico, a explicação escrita é breve e poderia aprofundar as condições de transporte e a exploração envolvida nesse processo. Essa superficialidade dialoga com a constatação de Munanga (2015, p. 29) de que “assuntos controversos como a violência, o trabalho forçado e a pobreza foram evitados na literatura da historiografia oficial”. Dessa forma, ao tratar a travessia de maneira resumida, o material deixa de problematizar a complexidade da violência colonial e o impacto do tráfico transatlântico, limitando as possibilidades de reflexão crítica em sala de aula e enfraquecendo a discussão sobre as origens históricas da desigualdade racial no Brasil.

Contudo, é fundamental que a mediação docente contemple a resistência e a reconstrução cultural dos escravizados. Essa necessidade de superação pode ser compreendida à luz da crítica de Munanga (2015, p. 28), ao apontar que "a história nacional não integra ou pouco integra os relatos de sofrimento, de resistência, de silêncio e de participação". Assim, evidencia-se a importância de aprofundar o debate no livro didático, garantindo que o ensino sobre a população africana não permaneça restrito ao trauma da desumanização, mas resgate o seu papel ativo de resistência e construção da sociedade brasileira.

Embora a abordagem da população negra nos livros didáticos ainda apresente limitações, especialmente quando sua história é associada predominantemente à escravização, também foram identificados aspectos positivos no livro de História do 5º ano, que contribuem para a valorização dos conhecimentos, das tradições e das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras. Um exemplo está no conteúdo que apresenta o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, manifestação cultural afro-brasileira reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. A abordagem destaca elementos dessa expressão, como a música, a dança e os

ISSN: 2358-8829

instrumentos, além de situá-la em seu contexto cultural. Ao apresentar essa manifestação, o material amplia a discussão sobre a presença africana na formação da sociedade brasileira e evidencia que as tradições afro-brasileiras permanecem vivas no presente, não se restringindo ao período da escravização. Assim, o conteúdo favorece o reconhecimento da contribuição da população negra para a cultura e a identidade brasileiras, embora seja importante que o trabalho pedagógico também explore os significados históricos e sociais dessas manifestações.

4.2 A representação dos povos indígenas nos livros didáticos

Nas ilustrações do livro de História do 4º ano, identifica-se um padrão de representação dos primeiros grupos humanos marcado pelo predomínio de personagens com tons de pele claros. Essa representação chama atenção porque, embora o material descreva grupos humanos que viviam em constante deslocamento, as ilustrações não evidenciam a diversidade étnico-racial desses povos.

Além disso, o manual do professor, ao abordar os caçadores-coletores, faz referência aos primeiros povoadores do território brasileiro e menciona a região amazônica, mas essa relação não se traduz em uma representação visual que permita reconhecer a diversidade dos povos originários.

Além disso, essa questão também aparece no livro de História do 5º ano, que abordam a formação das aldeias e o processo de sedentarização, com destaque para os grupos de agricultores e pastores e para a divisão das atividades entre homens e mulheres. Essa escolha visual pode contribuir para a invisibilização desses povos na narrativa histórica, especialmente, quando não são estabelecidas relações entre o conteúdo estudado e a história dos povos que habitavam o território brasileiro.

Essa representação limitada evidencia a necessidade de que os livros didáticos contemplem diferentes grupos étnico-raciais, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que destacam a importância de abordar a pluralidade cultural brasileira e corrigir distorções sobre a história, a cultura e a identidade dos afrodescendentes.

Outro destaque está no livro de História do 4º ano, o conteúdo sobre “Os primeiros contatos” afirma que as relações iniciais entre portugueses e tupiniquins foram amigáveis e apresenta o escambo do pau-brasil como uma troca de madeira por objetos, como machados, pás, facas, espelhos e colares. Embora a explicação contribua

ISSN: 2358-8829

para a compreensão do conceito de escambo, a forma como essa relação é apresentada pode transmitir a ideia de uma troca tranquila e justa entre os dois grupos, sem considerar suficientemente a diferença entre seus interesses. Enquanto os portugueses buscavam o pau-brasil pelo seu valor econômico, os indígenas recebiam objetos novos para sua realidade. Ao caracterizar o contato como amigável e não aprofundar essa desigualdade, o livro didático suaviza o processo de exploração e deixa em segundo plano as violências, as ameaças e a escravização que marcaram a colonização.

Essa abordagem se torna ainda mais evidente no conteúdo "O encontro entre indígenas e portugueses", que apresenta os casamentos entre portugueses e indígenas como um exemplo das relações inicialmente amigáveis. Em seguida, o texto aborda a mudança desse relacionamento com o avanço da produção açucareira e a captura de indígenas para o trabalho escravizado, além de mencionar as mortes provocadas por doenças, armas de fogo e guerras pela obtenção de terras e escravizados. A apresentação dos casamentos como evidência de relações amigáveis, contribui para uma visão romantizada do contato entre os povos, como se a aproximação entre portugueses e indígenas pudesse ser compreendida principalmente por relações pessoais, deixando em segundo plano as relações de poder, os interesses coloniais e as violências que atravessaram esse processo.

Nesse sentido, Gallo e Lastória (2025) ressaltam:

> É fundamental lembrar que as populações originárias habitam o continente americano há milhares de anos. Contudo, este não é o único fator relevante do ponto de vista histórico, pois é preciso considerar os processos de interação, subjugação, resistência e conflitos que permearam os últimos séculos da história do país e que se desdobraram em violências e mortes de comunidades e etnias inteiras. (Gallo; Lastória, 2025, p. 8)

Essa discussão reforça a necessidade de superar abordagens que suavizam as relações coloniais, permitindo que os alunos compreendam que os contatos entre portugueses e indígenas não se limitaram a trocas comerciais ou relações pessoais, mas envolveram interesses desiguais, subjugação e violências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por se tratar de uma pesquisa em andamento, as análises realizadas até o momento apontam contribuições e limitações na abordagem das relações étnico-raciais nos livros didáticos de História do 4º e do 5º ano da coleção A Conquista, de Alfredo Boulos Júnior. Em relação à população negra, africana e afro-brasileira,

foram identificados conteúdos sobre a escravização e as violências sofridas, mas também abordagens que valorizam conhecimentos e manifestações culturais, como o tempo africano e o Samba de Roda. Quanto aos povos indígenas, as análises apontam limitações nas representações visuais e na apresentação dos primeiros contatos com os portugueses, que pode suavizar os conflitos e as desigualdades desse processo histórico.

Assim, a continuidade da pesquisa permitirá aprofundar essas observações e ampliar a compreensão sobre como os materiais analisados abordam as histórias e culturas desses povos, considerando suas contribuições e as limitações identificadas na educação para as relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. **Educação para as relações étnico-raciais e ensino de História na Educação Básica.** Educere et Educare – Revista de Educação, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 287-303, 2011. DOI: https://doi.org/10.17648/educare.v6i12.4752. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4752. Acesso em: 26 out. 2026.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O ensino de História: saberes escolares em perspectiva histórica.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WYqvqrhmppwbWpGVY47wWtp/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 ago. 2026.

_____. Ministério da Educação; SEPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004. Acesso em: 27 out. 2026.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**.** Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 14/2015:** Diretrizes Operacionais para a implementação

da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Relatora: Rita Gomes do Nascimento. Brasília, DF: MEC/CNE, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ceb/2015/pareceres_da_camara_de_educacao_basica_14_2015.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SECAD, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 20 ago. 2026.

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA: por uma política de combate ao racismo e à desigualdade racial. Brasília, DF: Cultura, 1996. Disponível em: https://bibliotecadigital.mj.gov.br/handle/1/13704. Acesso em: 26 out. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i62p20-31. Acesso em: 28 out. 2026.

SANTOS, Ronaldo Alves Ribeiro dos; OLIVEIRA, Evandro Alves Salvador de. **Representações históricas da população negra em um livro didático de história:** algumas reflexões e problematizações. Revista Pedagogia Social UFF, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2023. DOI: https://doi.org/10.22409/rpsuff.v16i1.61041. Acesso em: 27 out. 2026.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque da. **O ensino da história como possibilidade potencializadora do pensamento crítico-reflexivo.** Semina: Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, Passo Fundo, v. 23, n. 1, p. 73-85, jan./mar. 2024. Acesso em: 20 ago. 2026.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; BONETE, Wilian Junior. **A questão indígena presente nos Livros Didáticos de História:** uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD. Sæculum – Revista de História, João Pessoa, v. 28, n. 48, p. 162-177, jan./jul. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2023v28n48.65983. Acesso em: 27 out. 2026.